

**PROJETO DE LEI Nº 039/2017**

"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013 REFERENTES AOS ARTIGOS 240, 245 E 286 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA/GO "



A PREFEITA MUNICIPAL,

Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que está sendo enviado o projeto de lei para aprovação e promulgação do seguinte conteúdo:

**Art. 1.º** A Lei Complementar nº. 003 de 10 de dezembro de 2013 e suas alterações, passam a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

**Art. 240.** .....

**1.03** – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

**1.04** – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets, smartphones** e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**1.09** – Disponibilização, sem cessão definitiva de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº. 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). (Incluído pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).



[...]

**6.06** – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. (Incluído pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**7.14** - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[....]

**11.02** – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[....]

**13.04** – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[....]

**14.05** – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**14.14** – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**16.01** – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

**16.02** – Outros serviços de transporte de natureza municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]



**17.23** – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de programa e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). (Incluído pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**25.02** – Traslado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**25.05** – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (Incluído pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**Art. 245.** O serviço considera-se prestado e o Imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o Imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**X** – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**XIV** – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**XVII** - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

[...]

**XXI** - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016);



**XXII** - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016);

**XXIII** - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

[...]

§ 4º. Na hipótese de descumprimento do disposto no § 1º e 2º, ambos do art. 81 desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

§ 5º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. (Incluído pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

§ 6º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço. (Incluído pela Lei Complementar nº. 157, de 2016).

**Art. 286.** .....

§ 1º. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

§ 2º. É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima de 2% (dois por cento) prevista no artigo 8º-A da Lei Complementar nº. 116, de 31, de julho de 2003, no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º. A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016).



PREFEITURA MUNICIPAL

# CACHOEIRA DOURADA-GO

Gestão eficiente, transparente e inovadora

2017-2020

CNPJ nº: 00.079.806/0001-17

§ 4º. As atividades previstas no art. 240 desta Lei que, enquadradas no novo regime simplificado de tributação - **SIMPLES NACIONAL OU "SUPER SIMPLES"**, conforme a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, terão suas alíquotas estabelecidas em seus anexos III e IV da referida Lei.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos no exercício seguinte.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA,  
Estado de Goiás, ao 1º dia do mês de novembro do ano de 2017.

*Natália Camardelli Cajazeira Prates*  
**Natália Camardelli Cajazeira Prates**  
Prefeita Municipal

Natália Camardelli C. Prates  
Prefeita Municipal  
Gestão 2017/2020  
Cachoeira Dourada-GO



## JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

O Projeto de Lei Complementar que ora encaminho a essa Digníssima Câmara Municipal, dispõe sobre a alteração do Código Tributário de Cachoeira Dourada /GO.

A Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre as normas gerais de tributação do Imposto Sobre Serviços – ISS, foi objeto de relevantes modificações com o advento da Lei Complementar Federal nº. 157, de 29 de dezembro de 2016, demandando inadiável revisão na legislação tributária deste Município, de modo a que se produzam seus regulares efeitos no âmbito fiscal.

Temos, em primeiro lugar, alteração do artigo 3º da Lei Complementar nº. 116, de 2003, que trata do aspecto espacial da hipótese de incidência do ISS.

Em segundo lugar, inclui-se na Lei Complementar nº. 116, de 2003, o artigo que impõe alíquota mínima de 2% (dois por cento) para o ISS, vedando-se a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros que resultem em carga tributária inferior à decorrente da aplicação da referida alíquota. Dessa regra, foram excepcionados os serviços a que se referem os subitens da lista anexa à Lei complementar nº. 116, de 2003, quais sejam, itens: 7.02; 7.05 e 16.01.

Ademais, o novo diploma inova com acréscimos e modificações de hipóteses de incidência do ISS nos subitens 1.03, 1.04, 1.09, 6.06, 11.02, 13.04, 14.05, 14.14, 16.01, 16.02, 17.24, 25.02 e 25.05 da Lista de Serviços Constante da Lei Complementar nº. 116/2003.

Diante desse importante cenário, que outorga novos contornos ao ISS, a reforma da legislação tributária deste Município é medida premente e impositiva, visto que a incidência e a cobrança plena desse tributo dela dependem.

Consiste a reforma, na previsão de novas hipóteses de incidência do ISS, trazidas pela Lei Complementar nº. 157, de 2016, entre elas: armazenamento e a hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação; a disponibilização de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da *internet*, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos; relativamente aos serviços de florestamento/reflorestamento, atividades como reparação do solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores e silvicultura; a aplicação de tatuagens e *piercings*; a vigilância, a segurança e o monitoramento de semoventes; os serviços de guincho intramunicipal, guindaste e içamento; os serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros; a inserção de textos, desenhos e outros



PREFEITURA MUNICIPAL

# CACHOEIRA DOURADA-GO

Gestão eficiente, transparente e inovadora

2017-2020

CNPJ nº: 00.079.806/0001-17

materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, com algumas exceções; e a cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Destacamos que a proposta apresentada é de urgência, uma vez que a Lei Complementar nº. 116, de 2003, contém comandos que já se encontram em vigor, sendo portanto necessário o devido ajuste na legislação municipal. Além disso, todos os comandos que instituem ou majoram tributos só produzem efeitos no exercício posterior ao de sua publicação, em observância ao princípio da anterioridade tributária.

Compete informar que o presente Projeto não envolve renúncia de receita de que trata o artigo 14, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelas razões expostas apresentamos o projeto de lei para apreciação.  
Atenciosamente.

*Natália Camardelli Cajazeira Prates*  
**Natália Camardelli Cajazeira Prates**  
Prefeita Municipal

Natália Camardelli Cajazeira Prates  
Prefeita Municipal  
Gestão 2017/2020  
Cachoeira Dourada-GO



**Comissão de Finança, Orçamento e Economia.**

**Parecer ao Projeto de Lei 039/2016**

Os membros da Comissão de Finança, Orçamento e Economia da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 039/2016 enviado pelo Poder Legislativo, resolvem: emitir parecer pela aprovação referido Projeto de Lei, pelo motivo abaixo.

**É constitucional, encontra-se dentro das técnicas legislativas e não apresenta vícios de redação e linguagem.**

**Que o mesmo seja submetido a discussão e votação.**

Sala da sessão da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás 05 de dezembro de 2017.

  
**Ver. JOÃO BATISTA DE SOUZA**  
**Presidente**

  
**Ver. NEILTON OLIVEIRA SANTOS**  
**Relator.**

**Ver. ANTÔNIO DAS GRAÇAS NAVES**  
**Membro**





**Comissão de Finança, Orçamento e Economia.**

**Parecer ao Projeto de Lei 039/2016**

Os membros da Comissão de Finança, Orçamento e Economia da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 039/2016 enviado pelo Poder Legislativo, resolvem: emitir parecer pela aprovação referido Projeto de Lei, pelo motivo abaixo.

**É constitucional, encontra-se dentro das técnicas legislativas e não apresenta vícios de redação e linguagem.**

**Que o mesmo seja submetido a discussão e votação.**

Sala da sessão da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás 05 de dezembro de 2017.



**Ver. JOÃO BATISTA DE SOUZA**  
**Presidente**

**Ver. NEILTON OLIVEIRA SANTOS**  
**Relator.**

**Ver. ANTÔNIO DAS GRAÇAS NAVES**  
**Membro**



**Comissão de constituição, Justiça e Redação.**

**Parecer ao Projeto de Lei 039/2016**

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 039/2016 enviado pelo Poder Legislativo, resolvem: emitir parecer pela aprovação referido Projeto de Lei, pelo motivo abaixo.

**É constitucional, encontra-se dentro das técnicas legislativas e não apresenta vícios de redação e linguagem.**

**Que o mesmo seja submetido a discussão e votação.**

Sala da sessão da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás 05 de dezembro de 2017

*Ver. NEILTON OLIVEIRA SANTOS*  
*Presidente*

*Ver. JOÃO BATISTA DE SOUZA*  
*Relator.*

*Ver. WILSON ALVES FERREIRA*  
*Membro*



**Comissão de constituição, Justiça e Redação.**

**Parecer ao Projeto de Lei 039/2016**

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 039/2016 enviado pelo Poder Legislativo, resolvem: emitir parecer pela aprovação referido Projeto de Lei, pelo motivo abaixo.

**É constitucional, encontra-se dentro das técnicas legislativas e não apresenta vícios de redação e linguagem.**

**Que o mesmo seja submetido a discussão e votação.**

Sala da sessão da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de

Goiás 05 de dezembro de 2017

**Ver. NEILTON OLIVEIRA SANTOS**  
*Presidente*

**Ver. JOÃO BATISTA DE SOUZA**  
*Relator.*

**Ver. WILSON ALVES FERREIRA**  
*Membro*